

multaneamente provocou um encaucamento artificial dos cereais, que se reflectiu no preço do pão, afectando sobretudo as camadas mais desfavorecidas da população. Os trabalhos de Jaime Reis sobre esta «lei da fome» mereciam ser utilizados pela autora como fonte importante para a compreensão de um momento político com tão graves consequências económicas e sociais que certamente influenciaram a vida diária da população em análise e, quem sabe?, não terão tido repercussões nas crises de 1890 e de 1897.

Em resumo, a tese de Alice Mendonça revela um apurado investimento em demografia histórica, com um levantamento de fontes e tratamento de dados bastante úteis como ferramentas de trabalho para qualquer historiador que os pretenda utilizar, mas cuja integração na história social e política locais merecia ser aprofundada.

MARIA ANTÓNIA PIRES DE ALMEIDA

Rosana Albuquerque, Lígia Évora Ferreira e Telma Viegas, O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório. Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal, Oeiras, Celta Editora, 2000.

É um dado constatado a partir dos vários movimentos de descolonização a tendência a persistirem relações de proximidade entre as populações que

a situação colonial pôs em contacto. Padrão que se confirma em Portugal, que, tradicional país de emigração, acolhe desde as últimas décadas um número crescente de imigrantes, sendo a presença mais significativa de estrangeiros no país constituída por cidadãos oriundos das ex-colónias portuguesas. Entradas na sequência das convulsões sociais e políticas que se seguiram às independências, as populações oriundas das antigas colónias constituem o grupo maioritário de imigrantes presente em solo português e o fluxo mais continuado de estrangeiros que procuram Portugal como país de destino. Daí a sua maior visibilidade, nomeadamente ao nível institucional, por via das associações que os representam.

Por estes motivos, é de assinalar o agrado que suscita o surgimento de uma obra que se propõe historiar o movimento associativo de imigrantes em Portugal, obra na qual, de forma clara, é traçado o percurso das associações de imigrantes no país, particularmente das que representam os originários dos países africanos lusófonos, o que é justificado pelo acima exposto e também pelo facto de serem estas as associações melhor organizadas na Área Metropolitana de Lisboa, onde estas populações se concentram e onde este estudo incidiu.

Um aspecto interessante desta obra é o de se poder considerar que aqui se aplicou a sugestão de Maria Beatriz Rocha-Trindade (que prefacia o volume) quando, noutra local (*Análise Social*, vol. xxii, n.º 90, 1986-1.º, pp. 139-156), a autora propõe a reformulação do conceito de *itinerário* apli-

cado aos processos migratórios, argumentando dever-se ultrapassar a sua abordagem enquanto «um mero trajecto constituído por uma sucessão de pontos no espaço geográfico que o emigrante percorre. Sendo-o, também se aplica à sua trajectória social, ao caminhar num projecto de vida, ao transitar por espaços culturais nele entrosados» (p. 141).

De facto, mais do que uma sucessão cronológica onde se procederia à identificação e descrição do percurso das várias associações de imigrantes, perscrutam-se aqui as motivações, processos e constrangimentos sociais e políticos que estiveram na origem das sucessivas «redefinições» e «reorientações» que marcaram o amadurecimento do movimento associativo, de uma fase mais incipiente e informal centrada sobretudo na intervenção comunitária ao nível recreativo e assistencial, nos anos 80, ao alcance, por parte destas, do estatuto formalizado de parceiros das políticas públicas, na década de 90.

É nos dois últimos capítulos que se explicita o carácter dinâmico do movimento associativo, que se reconfigura na década de 90 com a chegada dos dirigentes das gerações mais novas — luso-africanos — e se reajusta às novas realidades sociais e políticas, procurando-se alargar o espectro de influência institucional: sindicatos, partidos políticos, organizações religiosas, outras ONG (o que de certa forma constitui a resposta das associações aos processos de globalização política), passam a constituir parceiros de diálogo e colaboração mais ou menos continuada. Si-

multaneamente, é tornado evidente o alcance politizado da acção das associações quando estas abraçam causas específicas comuns, reforçando a sua união em momentos particularmente críticos para a generalidade dos imigrantes — processos de regularização da situação dos clandestinos, recrudescimento da violência racista, percepção negativa da imigração na opinião pública, etc.

Em suma, é dada a ver com bastante detalhe a forma como o *itinerário* percorrido pelo movimento associativo configura opções estratégicas pautadas pela realidade social e política do país, uma realidade em constante transformação, sobretudo quando este passa a integrar formalmente um processo de globalização política (entrada na União Europeia) que se repercutiu decisivamente no movimento associativo com aspectos positivos (a profissionalização das associações decorrente da sua constituição em parceiros do Estado, que se socorre destas como co-adjuvantes para implementação de projectos junto das comunidades migrantes) e outros mais controversos (sujeição a regras rígidas, visando a obtenção de financiamentos para implementação de projectos, perigo de perda de independência face ao Estado, nomeadamente na definição de prioridades do movimento associativo, etc.). Conclui-se, portanto, que «a evolução do movimento associativo irá depender da capacidade de as associações tecerem equilíbrios entre as expectativas das comunidades e as exigências dos seus interlocutores políticos» (p. 68).

Como se referiu, é do maior interesse esta obra, que, acompanhando duas décadas de movimento associativo, surge numa altura em que é já possível o recuo temporal necessário à avaliação do mesmo, enquanto simultaneamente tal empreendimento se tornava premente para todos quantos se interessam pelo estudo das migrações ou/ e do movimento associativo em Portugal. A originalidade da obra reside, como se disse, na constante remissão ao contexto social e político português e europeu em que o movimento associativo se vai estruturando.

A abordagem panorâmica mais ou menos alargada do movimento associativo que aqui nos é proposta não se presta a uma análise mais aprofundada de aspectos que no entanto são sugeridos ao longo do texto: por exemplo, quando se refere a correspondência entre o perfil de cada associação e as interações estabelecidas entre os seus membros e a sociedade de acolhimento (p. 15). Um convite a incursões futuras no tema do associativismo.

MARIA JOSÉ ARAÚJO

U. Beck, A. Giddens e S. Lash ([1994] 2000), **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno**, Oeiras, Celta Editora.

A passagem para português da obra *Reflexive Modernization* (Ulrich

Beck, Anthony Giddens e Scott Lash) (1994) constitui uma boa oportunidade para discutir uma das mais recentes hipóteses teóricas de carácter geral produzidas pela sociologia — a tese de que a modernidade entrou numa fase de trágica autoconfrontação com o seu próprio sucesso. Uma discussão que beneficia do carácter colectivo deste trabalho. Após as contribuições de cada um dos autores, encontramos um capítulo intitulado «Réplicas e críticas» em que cada um posiciona a sua própria perspectiva por relação à dos demais. Apresentados que estão o tema e estrutura do livro, passemos à sua análise, não deixando de, sempre que necessário, remeter para outras obras sobre esta temática.

Começemos então por esclarecer o significado da noção de «modernização reflexiva» (um conceito inicialmente introduzido em 1986 por Beck¹ e posteriormente adoptado por Giddens) a ideia em torno da qual estes autores desenvolvem as suas propostas. De acordo com Beck, este conceito remete para a possibilidade de autodestruição das sociedades modernas de tipo industrial, não como resultado de uma crise fatal, como preconizado por Marx, mas como consequência da sua própria vitória (2000, p. 2). A célebre máxima de Montesquieu — as instituições afundam-se no seu próprio sucesso — não poderia ser mais apropriada.

¹ U. Beck ([1986] 1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage.